

MARCADORES DISCURSIVOS E TIPOS DE DISCURSO

MARIA ANTÓNIA COUTINHO

(Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa)

ABSTRACT: This article deals with the status of discourse markers, according to different approaches of discourse. In a first moment, we will discuss the distinction between discourse markers and other linguistic forms, often taken as non-discursive. Different proposals, concerning categories and functions of linguistic markers, will then be analysed. Focusing on socio-discursive interactionism theoretical framework, in the third moment we develop the notion of types of discourse, thus providing evidence for different discursive uses, even within the discourse markers' class. Concluding remarks will point out the convenience of moving from a logical and grammatical point of view to a rhetorical and hermeneutic approach.

KEYWORDS: discourse markers; discourse; types of discourse; socio-discursive interactionism.

1. Introdução

Apesar de se poder considerar instalado na bibliografia linguística contemporânea, o termo *marcadores discursivos* (a partir de agora MDs) continua a não aparecer como completamente evidente ou consensual. Se em Fraser 1999 são inventariadas catorze 'etiquetas' diferentes para o que o autor designa como *discourse markers* (Fraser, 1999: 932), a introdução ao nº 154 da *Langue Française*, de 2007, centrada sobre "Les marqueurs discursifs", assinala a mesma instabilidade (assumindo como próximas ou equivalentes as expressões *marqueurs discursifs*, *marqueurs pragmatiques*, *mots du discours*, *particules discursives*, *particules énonciatives* e *connecteurs*) e sublinha a dificuldade de definição da categoria (Dostie & Pusch, 2007: 3). Também é frequentemente apontado o facto de, sob a designação de MDs, se reunirem formas (re)conhecidas como linguisticamente diferenciadas: podem estar em causa diferentes classes de palavras (como conjunções, advérbios e interjeições), sintagmas preposicionais ou adverbiais e mesmo expressões proposicionais. Apesar disso, verificam-se também (ou ainda?) algumas oscilações. A título de exemplo, pode referir-se o facto de Fraser (1999) excluir da classe dos MDs as interjeições, que aparecem

incluídas como tal tanto em Schiffrin 1987 como, mais recentemente, em Dostie & Pusch 2007¹. Seja como for, as dificuldades em estabelecer critérios que definam com clareza os contornos da classe designada por MDs evidenciam uma questão crucial: a incapacidade de nos ficarmos por critérios de ordem gramatical para compreender e lidar com o funcionamento linguístico. Facto que Traugott (2007: 141) aponta com toda a clareza:

The study of discourse markers clearly requires focus on communicative as well as cognitive aspects of linguistic knowledge, and on units that are of various sizes, often, but not exclusively, larger than sentences are traditionally studied in grammatical theory (Hansen 1988: 122 refers to “communicative acts” as the relevant functional unit within their scope). In other words, they draw attention to the importance for linguistic theory not only of structure but also of use, for example, of dependency on the speech situation as well as on linguistic expression (co-text). They challenge the notion of the sentence as the prime unit of linguistic analysis, and also draw attention to the importance of interfaces, whether between semantics and pragmatics, or between meaning and sound, especially intonation.

Apesar do interesse que manifesta, a passagem citada deixa também em evidência os limites da perspectiva em que se inscreve: de facto, e por mais significativo que seja o facto de a autora sublinhar esses desafios, tomar em consideração unidades superiores à frase ou a conveniência de trabalhar em interface(s) não garantem qualquer articulação com os desenvolvimentos teóricos de que dispomos actualmente, no âmbito de uma linguística dos textos e dos discursos.

Será essa a preocupação dominante, nas páginas que se seguem. Começaremos por discutir a concepção que opõe os MDs a formas que seriam não discursivas, confrontando, em seguida, diferentes propostas de categorização de formas (e respectivas funções). Numa segunda etapa do trabalho, desenvolveremos a noção de tipos de discurso e procuraremos mostrar o funcionamento discursivo das formas em análise.

2. Marcadores discursivos vs “formas não discursivas”?

Ao apontarem o papel da recategorização na constituição dos MDs, Dostie & Pusch assumem – aparentemente, como uma evidência – a existência de “formas não discursivas”:

Ce phénomène [de la migration d’une classe à l’autre] est particulièrement perceptible en ce qui concerne la classe des MD qui se construit, pour une part importante, à partir de la décatégorisation/recatégorisation d’unités apparte-

¹ O caso das interjeições aparece mesmo como exemplar: “En ce sens, plutôt que d’élargir la classe des interjections pour y intégrer des unités rebelles (ex.: *bon, heu, hein, ben*) on remarquera, *a contrario*, que plusieurs unités traditionnellement tenues pour des interjections se laissent très bien ranger dans la classe des MD (ex.: dans *Allons! Qu’est-ce que tu dis là!*, l’unité *allons* s’emploie dans une situation d’interlocution et elle n’est sûrement pas produite de façon involontaire).” Dostie & Pusch, 2007: 5

nant, initialement, à d'autres classes grammaticales. A ce propos, il est frappant de remarquer que les MD ont souvent un correspondant non discursif sur le plan de la forme (ex.: *tu vois* expression verbale *versus tu vois* MD et *toujours* adverbe *versus toujours* MD). Ce correspondant représente, dans bien des cas, l'unité source du marqueur.

Dostie & Pusch (2007: 5)

Não nos propomos discutir os processos de gramaticalização ou averiguar até que ponto a análise apontada (segundo a qual a chamada forma não discursiva está na origem do funcionamento como MD) é mais ou menos pertinente do que outras descrições – nomeadamente a que, no âmbito da teoria formal enunciativa, faz uso da noção de *forma esquemática*². A questão que nos interessa aqui tem a ver com o facto de se assumir a existência de duas classes de formas: umas, discursivas, e outras que não o seriam³. Essa assumpção – que, do nosso ponto de vista, revela alguma exterioridade relativamente a uma reflexão teórica consistente e actualizada sobre o que se possa entender por *discurso* – só pode assentar numa concepção dicotómica da língua (ou da gramática) e do discurso, segundo a qual a primeira existiria *per se*. Em sentido completamente oposto, assumimos aqui que o discurso constitui a realidade primeira da língua – que não existe senão *pelo* discurso e *para* o discurso. Terá sido essa a orientação do pensamento saussuriano, tal como o podemos hoje re-conhecer – e ao contrário do que nos fizeram crer os editores do *Cours de Linguistique Générale*, ao fixarem-nos a uma fórmula programática (o estudo da língua em si mesma e por si mesma) que pode ter a força de uma chave de ouro mas não parece primar pela fidelidade ao pensamento do autor editado. Veja-se então, ainda que em apontamento breve, a forma como Saussure via a relação dialéctica entre língua e discurso:

“Toutes les modifications, soit phonétiques, soit grammaticales (analogiques) se font exclusivement dans le discursif. [...] Toute innovation arrive par improvisation, en parlant, et pénètre de là soit dans le trésor intime de l'auditeur ou celui de l'orateur, mais se produit donc à propos du langage discursif.” (Saussure, *ELG*: 95)

Il revient à constater que toute la langue entre d'abord dans notre esprit par le discursif, comme nous l'avons dit, et comme c'est forcé. Mais de même que le son d'un mot, qui est une chose entrée également dans notre for intérieur de cette façon, devient une impression complètement indépendante du discursif, de même notre esprit dégage tout le temps du discursif ce qu'il faut pour ne laisser que le mot. (*ibid.*, p. 118)

“La langue n'est créée qu'en vue du discours, mais qu'est-ce qui sépare le discours de la langue, ou qu'est-ce qui, à un certain moment, permet de dire que la langue entre en action comme discours?” (*ibid.*, p. 277)

² Para uma apresentação da noção de forma esquemática, analisada também do ponto de vista do rendimento em textos empíricos, veja-se Correia & Coutinho, 2006.

³ Saliente-se, em sentido contrário, a posição de Paillard (1998: 10-11), que assume as “palavras do discurso” como palavras da língua.

Sublinhemos, antes de avançar, que a interacção permanente entre língua e discurso vai de par, em Saussure, com a ruptura epistemológica relativamente a uma dupla tradição dualista⁴: em primeiro lugar, a oposição dicotómica entre físico e psíquico (ou som material e ideia); em segundo, a disjunção entre pensamento, tido como prévio, e linguagem, que se limitaria a reflectir o primeiro: “Ce qui est faux, c’est de penser qu’il y ait quelque part des formes (existant par elles-mêmes hors de leur emploi) ou quelque part des idées (existant par elles-mêmes hors de leur représentation).” (Saussure, *ELG*: 31). Este ponto de vista – que assenta numa complexa concepção da “essência dupla” do signo e da linguagem, ampla e cuidadosamente comentada em Bulea 2005 – significa que o discurso é o lugar – a actividade – onde permanentemente se re-elabora a língua e se re-interpreta o real. Não se trata aqui de uma imagem mais ou menos conseguida, mas verdadeiramente de um modo de existência: “[Les signes] n’ont à aucun moment la prétention de s’appliquer à un objet défini en soi, et n’abordent en réalité cet objet, quand il existe, qu’*obliquement*, par et au nom de telle idée particulière d’où il résultera.” (Saussure, *ELG*: 75). É esse modo de existência que configura, em última análise, a dimensão interactiva do que não pode deixar de ser *língua em (dis)curso*:

Et puisque la représentation n’est dès lors qu’une saisie «oblique», incomplète et imparfaite, il en découle, – même si Saussure ne le formule pas explicitement – qu’en vertu de cette inadéquation même, le signe fournit à l’humain un moyen d’aborder (*inter-activement* et continuellement la réalité, qu’il n’est rien d’autre qu’un moyen d’interprétation procédant par production de significations, et par là un moyen d’(inter-)connaissance.

Bulea (2005: 10)

A breve digressão saussuriana que acabámos de estabelecer teve como objectivo mostrar que, assumindo a perspectiva apontada – como é o nosso caso – se torna impraticável sustentar a existência de unidades linguísticas particularmente vocacionadas para o discurso – porque todas o são. Deste ponto de vista, como se pode então entender a especificidade dos MDs? É a essa questão que procuraremos responder na secção seguinte.

3. Marcadores discursivos – que especificidade(s)?

A questão que nos interessa agora aprofundar tem a ver com a especificidade das unidades reunidas sob a designação de MDs, relativamente ao funcionamento discursivo que constitui o “ambiente natural” de todas as formas linguísticas. De uma forma geral, os autores que trabalham com MDs destacam o facto de estes não intervirem no conteúdo proposicional, assumindo uma função orientadora, ou instrucional, ao serviço do interlocutor. Nos termos de Dostie & Pusch (2007: 5):

⁴ Veja-se, a este propósito, Bulea 2005.

Ils [les MD] apparaissent à des endroits stratégiques et ils contribuent à rendre efficaces les échanges conversationnels, ainsi qu'à aider l'interlocuteur à décoder la façon dont le locuteur conçoit le sens purement propositionnel exprimé et se positionne par rapport à celui-ci (...).

O mesmo aspecto aparece referido por autores vários, com formulações mais ou menos próximas. Para Fraser (1999), os MDs constituem uma classe pragmática porque contribuem para a interpretação do enunciado (e não para o respectivo conteúdo proposicional), o que vai de par com um sentido não conceptual mas processual:

First, when an expression functions as a DM it relates two discourse segments and does not contribute to the propositional meaning of either segment. (...) Second, the meaning of a DM is procedural not conceptual. An expression with a conceptual meaning specifies a defining set of semantic features (...). On the other hand, an expression with a procedural meaning specifies how the segment it introduces is to be interpreted relative to the prior, subject to the constraints mentioned earlier.

Fraser (1999: 944)

O carácter instrucional que assumem determinadas formas linguísticas foi já claramente apontado na contribuição pioneira de Ducrot: tomando aqui como referência a obra significativamente intitulada *Les mots du discours* (Ducrot *et al.*, 1980), poder-se-á constatar a óbvia proximidade, tanto no que diz respeito às formas consideradas como à designação usada. Assim, embora se fale de conectores e não de MDs, considera-se que a especificidade dessas formas não reside ao nível da articulação entre frases ou enunciados (como no caso dos conectores lógicos), estando antes associada à função de orientação argumentativa que assumem (Ducrot, 1980: 15 e segs).

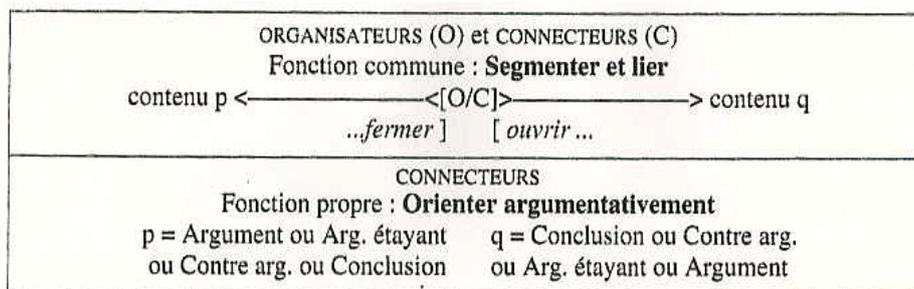
Um olhar mais atento relativamente à sistematização de classes de MDs proposta em Fraser, 1999 – aqui sistematizada no Quadro 1 – permite rapidamente constatar que o carácter argumentativo constitui um dos critérios usados, permitindo identificar a subclasse dos chamados marcadores inferenciais.

Por outro lado, o Quadro 1 mostra também que as subclasses apontadas se ficam aquém de outras categorizações – de que vêm dando conta vários autores (sobretudo de língua francesa), mais ou menos implicados em abordagens preocupadas com questões linguísticas de ordem discursiva e textual. Limitamo-nos aqui a apontar o caso de Jean-Michel Adam (1999): usando o termo *conector* como hiperónimo, o autor atribui a conectores e organizadores textuais uma função comum, a de segmentar e ligar blocos de texto, sendo que os primeiros se distinguem dos segundos pelo facto de acumularem uma função argumentativa, como mostra o Quadro 2⁵.

⁵ A noção de *organizadores textuais* remete, em primeira mão, para Schneuwly, Rosat & Dolz, 1989, que introduziram o termo no intuito de tomar em consideração operações de planificação textual que o termo conector não permitia evidenciar. Para uma discussão sobre o carácter hiperonímico de *conectores* ou *organizadores textuais*, cf. Coutinho, 2004.

MDs (Fraser, 1999: 946-950)			
Classes principais	Sub-classes	Função	Formas incluídas
	Marcadores contrastivos	O MD assinala que a interpretação explícita de S2 contrasta com a interpretação de S1	(al)though, but, contrary to this/that, conversely, despite (doing) this/that, however, in comparison (with/to this/that), in contrast (with/to this/that), in spite of (doing) this/that, instead (of (doing) this/that), nevertheless, nonetheless, on the contrary, on the other hand, rather (than (do) this/that), still, though, whereas, yet.
MDs que ligam mensagens	Marcadores colaterais ou elaborativos	O MD assinala uma relação quase paralela entre S2 e S1 (a mensagem de S2 podendo aumentar ou refinar a de S1)	above all, also, analogously, and, besides, better yet, by the same token, correspondingly, equally, for another thing, further(more), in addition, in any event, in particular, I mean, likewise, more to the point, moreover, namely, on top of it all, or, otherwise, similarly, to cap it all off, too, well, what is more
	Marcadores inferenciais	O MD assinala que se deve tomar S2 como uma conclusão para a qual S1 (e eventualmente outros segmentos) fornece(m) justificação	accordingly, all things considered, as a (logical) consequence/conclusion, as a result, because of this/that, consequently, hence, in any case, in this/that case, it can be concluded that, of course, on that condition, so, then, therefore, thus
MDs que ligam tópicos	Marcadores de mudança de tópico		back to my original point, before I forget, by the way, incidentally, just to update you, on a different note, speaking of X, that reminds me, to change to topic, to return to my point, while I think of it, with regards to

Quadro 1: Classes de MDs, segundo Fraser, 1999



Quadro 2: Organizadores e conectores segundo Adam, 1999: 59

Os organizadores, por sua vez, aparecem desdobrados em diferentes categorias: organizadores temporais e espaciais, marcadores de estruturação da conversa e outros fáticos, marcadores de integração linear, introdutores de reformulação e introdutores de universo do discurso (Adam, 1999: 58).

Poderíamos ficar-nos por aqui, com a vantagem de podermos comparar os contributos dos dois autores na mesma época (Fraser, 1999 e Adam, 1999) – evidenciando já essa comparação a possibilidade de identificar categorias e funções de modo mais fino do que é proposto em Fraser, 1999. Será no entanto proveitoso acompanhar a evolução do ponto de vista de Adam, nesta matéria. Com efeito, em 2002, o autor acrescenta às duas funções atrás referidas uma terceira: a de marcar responsabilidade enunciativa. E esse mesmo ponto de vista é mantido na obra de 2008, publicada no Brasil (Adam, 2008) – que aqui seguimos, com vista à sistematização das categorias, subcategorias e funções da classe geral de conectores, que o Quadro 3 sistematiza⁶:

Conectores (segundo Adam, 2008: 179-191)			
Categorias e funções	Subcategorias	Exemplos do português (PB)	
Organizadores textuais (intervêm na estruturação dos planos de texto)	Organizadores espaciais	à esquerda/à direita, antes/depois, em cima/em baixo, mais longe, de um lado/de outro, ...	
	Organizadores temporais	então, antes, em seguida, e então, depois, após, na véspera, no dia seguinte, três dias depois, ...	
	Organizadores enumerativos	Aditivos	e, ou, também, assim como, ainda, igualmente, além disso, ...
		Marcadores de integração linear	de um lado, inicialmente, primeiramente, em primeiro lugar, .../ em seguida, depois, em segundo lugar, .../ por outro lado, enfim, em último lugar, para terminar, em conclusão, ...
	Marcadores de mudança de topicalização	quanto a, no que concerne a, ...	
	Marcadores de ilustração e de exemplificação	por exemplo, em particular, como, entre outros, assim, ...	
Marcadores de escopo de responsabilidade enunciativa (atribuem um ponto de vista a partes de texto)	Marcadores de quadros mediadores (ou fontes de saber)	segundo, de acordo com, para, de fonte segura, em Bruxelas, no Partido Socialista, ...	
	Marcadores de reformulação	isto é, dito de outro modo, [N1] é/chama-se [N2], numa palavra, em outras palavras, ...	
	Marcadores de estruturação da conversa e outros fáticos	bom, bem, pior, então, você sabe/tu sabes, você vê/tu vê, eh, ...	
Conectores argumentativos (acumulam funções de segmentação/ligação, de responsabilidade enunciativa e de orientação argumentativa)	Conectores argumentativos marcadores de argumento	porque, já, (uma vez) que, pois, com efeito, como, mesmo, aliás, por sinal, ...	
	Conectores argumentativos marcadores de conclusão	portanto, então, em consequência, ...	
	Conectores contra-argumentativos marcadores de argumento forte	mas, porém, contudo, entretanto, no entanto, ...	
	Conectores contra-argumentativos marcadores de argumento fraco	certamente, embora, apesar de que, ainda que, ...	

Quadro 3: Conectores: classes e categorias, segundo Adam, 2008

⁶ Como é evidente, o autor mobiliza contributos diversos, no âmbito dos estudos linguísticos sobre argumentação e sobre diferentes classes de conectores, a que não fazemos aqui referência mais detalhada.

Mesmo que nem todas as subcategorias contempladas no Quadro 3 devam ser entendidas como MDs (será o caso, por exemplo, dos organizadores espaciais e temporais) e tendo em atenção que não dispomos de informação igualmente actualizada relativamente ao trabalho de Fraser, como já sublinhámos, parece-nos no entanto que o Quadro 3 proporciona algum ensinamento relativamente à classe dos MDs. Se esta não é identificável em termos gramaticais (dada a heterogeneidade que, desse ponto de vista a caracteriza) e se não chega dizer que as formas que reúne têm um comportamento discursivo (porque isso não as diferencia de qualquer unidade linguística, de acordo com a perspectiva que atrás assumimos), convirá talvez admitir que o movimento centrípeto de convergência de formas sob uma mesma designação – MDs – não dispense o movimento centrífugo de diferenciação de funções – recorrendo, se possível, às designações (mais ou menos) instaladas na bibliografia específica. Esse repertório constituirá necessariamente um instrumento de análise fundamental para a caracterização do funcionamento discursivo – de que nos ocuparemos nas secções seguintes.

4. Marcadores discursivos e tipos de discurso

Retomando a introdução assinada por Dostie & Pusch (2007) a que já várias vezes nos referimos, reparemos agora a forma como os autores relacionam a identidade da classe dos MDs com a língua falada (ou com os ensinamentos a retirar da observação da língua falada):

Qu'une nouvelle classe émerge à partir d'unités difficiles à ranger dans les catégories usuelles ne devrait guère surprendre, si l'on considère que l'édifice grammatical traditionnel s'est développé à partir de la langue écrite (...). Les MD doivent être envisagés dans un tout autre cadre, celui de la langue orale, où la coprésence de l'interlocuteur influence la façon dont le locuteur construit son discours. Ils apparaissent à des endroits stratégiques et ils contribuent à rendre efficaces les échanges conversationnels, ainsi qu'à aider l'interlocuteur à décoder la façon dont le locuteur conçoit le sens purement propositionnel exprimé et se positionne par rapport à celui-ci (...).

Dostie & Pusch (2007: 5)

A passagem citada levanta vários problemas – a começar pelo facto de não ser evidente que os MDs se limitem à língua falada. Para além disso, no entanto, ela incorre na armadilha de atribuir à língua oral um privilégio que não lhe pertence em exclusivo: se é verdade que a presença física pode influenciar de forma específica a produção do discurso, isso não implica que, em circunstâncias de produção escrita, não se verifiquem também formas de co-presença (sejam elas representação de presença) do interlocutor, susceptíveis de influenciarem a produção do discurso e de suscitarem o recurso mais ou menos estratégico a MDs. Finalmente, a própria noção de *língua falada* pode ser largamente contestada: de facto, ela ignora todo o trabalho teórico

sobre géneros (de texto/de discurso)⁷ e mantém-se numa perspectiva dicotómica, reduzida ao binómio oral/escrito, cuja insuficiência evidenciam muitas das actividades de linguagem contemporâneas, e aparentemente devedora da oposição benvenistiana entre *enunciação histórica* e (enunciação de) *discurso* – que também não pode deixar hoje de ser tida como insuficiente, face a desenvolvimentos teóricos posteriores. É o caso da forma como é entendida a noção de *discurso* ou, mais precisamente, de *tipos de discurso*, no Intercionismo Sociodiscursivo (daqui em diante ISD) – quadro teórico e epistemológico elaborado por Jean-Paul Bronckart (Bronckart, 1997)⁸, de que nos ocupamos a seguir.

4.1. Mundos discursivos e tipos de discurso

Podemos começar por sublinhar que o ISD é um quadro epistemológico enraizado nas teorias interacionistas sociais, que se assume por isso na continuidade de Marx e de Engels, de Vygotsky e da epistemologia monista spinoziana – contributos (entre muitos outros, de ordem sociológica ou filosófica, como é o caso de Habermas e Ricœur) que aqui não desenvolveremos⁹. Este brevíssimo apontamento serve-nos apenas para salientar que o ISD não é um modelo de análise do discurso nem uma teoria linguística, tal como não se pretende uma teoria psicológica ou sociológica – apostando antes, no que diz respeito à compreensão das relações entre linguagem, pensamento (ou consciência) e trabalho (ou cooperação social), nos benefícios de uma “ciência do humano” (irreduzível à fragmentação das ciências herdada do positivismo) para que tende. O programa de trabalho do ISD desenvolve-se assim em três vertentes, numa perspectiva descendente, ou dialéctica: análise das características dos pré-construídos histórico-sociais e culturais; análise dos processos de mediação socio-semiótica através dos quais crianças e adultos se apropriam desses (ou de aspectos desses) mesmos pré-construídos; análise dos efeitos dos processos de apropriação, quer sobre a constituição da pessoa consciente e /ou sobre o desenvolvimento ao longo da vida, quer sobre a capacidade de intervenção, ou transformação, dos pré-construídos, tal como são percebidos na época em causa (Bronckart, 2004a: 114);

Importa ainda sublinhar que o ISD se posiciona como uma abordagem logocêntrica – sendo que “esse foco na linguagem decorre da convicção de que ela é o instrumento fundamental da gnosiologia e da praxiologia especi-

⁷ A bibliografia disponível sobre esta questão é vasta – e conhecida. No entanto, para mostrar a correlação entre géneros e modalidades de realização, parece-nos particularmente esclarecedora a contribuição de Marcuschi (2001³: 14-43).

⁸ Tomamos Bronckart, 1997 como marco de referência, na estabilização do quadro teórico e epistemológico do ISD – embora de facto se possam referir trabalhos precedentes que a ele conduziram (em particular, Bronckart *et al.*, 1985) e, como é evidente, numerosas contribuições e desenvolvimentos posteriores, que convocaremos na medida do necessário.

⁹ A exposição pormenorizada dos fundamentos epistemológicos do ISD é feita em Bronckart, 1997: 19-70 (capítulo 1).

ficamente humanas (...).” (Bronckart, 2007: 19). A centralidade do papel da linguagem – claramente assumida na continuidade de uma concepção social da língua, herdada de Vygotski mas também de Saussure – diz respeito, em primeiro lugar, aos processos de constituição da pessoa consciente (é a apropriação dos signos, ou, se preferirmos, da língua, que constitui condição de desenvolvimento do pensamento consciente)¹⁰. E diz também respeito, por outro lado, ao desenvolvimento da pessoa ao longo da vida: desenvolvimento epistémico e praxiológico que se realiza através da língua em funcionamento, sob forma de textos e discursos.

Ao contrário do que acontece normalmente no quadro da análise do discurso (e, por vezes, da linguística do texto) – em que os discursos correspondem à contextualização histórica e social dos objectos (linguísticos) que são os textos – no quadro do ISD os discursos são compreendidos como unidades infra-ordenadas que entram na composição dos textos – entendidos estes, por sua vez, como unidades comunicativas globais, necessariamente associadas a determinada actividade social, de que constituem um representante empírico¹¹. Cada texto mobiliza diferentes modalidades de organização – entre as quais a organização discursiva, que nos interessa em particular no âmbito do presente trabalho.

Em primeiro lugar, e sempre de acordo com a perspectiva do ISD, importa salientar que os discursos constituem formas de semiotização linguística de mundos discursivos, que se constituem textualmente, na interface entre “mundos formais” (representações colectivas, organizadas segundo modalidades reguladas pela colectividade em causa) e o “mundo vulgar” do agente implicado (representações individuais, associadas à especificidade da história pessoal e relativas à acção concreta de linguagem e aos conteúdos nela envolvidos). Os mundos discursivos correspondem assim a plataformas de transição entre duas ordens de representações, individuais e colectivas, e a forma como se constituem pode ser descrita tendo em conta dois tipos de ruptura. Por um lado, uma ruptura de ordem temporal: ou se verifica correspondência entre as coordenadas temporais da acção de linguagem, no mundo vulgar do agente, e as que são verbalizadas no texto (relação de conjugação) ou, pelo contrário, existe ruptura entre essas mesmas ordens de coordenadas (relação de disjunção). No primeiro caso, estamos na *ordem do expor*, enquanto o segundo caso é da *ordem do narrar*. Por outro lado, estas duas ordens discursivas podem ver-se desdobradas em diferentes mundos

¹⁰ Sobre esta questão, veja-se Bronckart, 1999. Para uma exposição detalhada da concepção saussuriana de língua, assumida no âmbito do ISD, veja-se Bulea 2005 e Bronckart 2007.

¹¹ No âmbito do presente trabalho, não desenvolveremos a noção de género de texto, pelo que nos limitaremos aqui a um breve apontamento. A cada esfera de actividade social estão associadas classes de textos – ou géneros – que se vão elaborando através das contribuições de gerações sucessivas e que gozam por isso, numa época dada, de uma relativa estabilidade. Assim, cada texto produzido / a produzir releva de um determinado género – num processo duplo de adopção e de adaptação (sendo que a maior ou menor liberdade de adaptação, podendo depender de factores variados, é normalmente regulada por critérios tácitos ou explícitos no interior da própria actividade considerada).

discursivos, fazendo intervir uma segunda ruptura, de ordem actorial: ou se verifica correspondência entre as instâncias agentivas da acção de linguagem e as que são verbalizadas no texto (relação de implicação) ou, pelo contrário, existe ruptura entre elas (relação de autonomia). Podemos assim considerar, no cruzamento destas duas ordens de operações, quatro mundos discursivos, como mostra o Quadro 4¹²:

		Organização temporal	
		Conjunção	Disjunção
Organização actorial		EXPOR	NARRAR
		Discurso interactivo	Relato interactivo
	Implicação	Discurso interactivo	Relato interactivo
	Autonomia	Discurso Teórico	Narração

Quadro 4: Mundos discursivos (Bronckart 2008: 71)

Como já atrás foi dito, os mundos discursivos constituem-se (e deixam-se reconhecer) através da forma como são linguisticamente semiotizados, em cada língua natural. Por outras palavras: a cada mundo discursivo corresponderá um tipo de regularidade linguística – isto é, um *tipo de discurso* – identificável pelas formas linguísticas em que se configura¹³. Sublinhe-se que a ocorrência de determinada forma não chega (normalmente) para identificar um tipo de discurso – sendo antes a articulação das formas em ocorrência que permite fazê-lo. Veja-se, a título de exemplo, como a ocorrência de localizadores temporais (e/ou espaciais) com valor deíctico não é suficiente para identificar um tipo de discurso: sendo previsíveis tanto no discurso interactivo como no relato interactivo, estes só se distinguirão em função de outras formas em presença, nomeadamente os tempos verbais (presente, pretérito perfeito e futuro perifrástico, para o discurso interactivo, pretérito imperfeito e pretérito perfeito, para o relato interactivo). Da mesma forma, a ocorrência de formas no presente do indicativo não constitui indicador só por si: elas funcionam com valor gnómico no discurso teórico (corroborado pela ausência de outras formas deícticas), por oposição ao

¹² Seguimos aqui a apresentação feita em Bronckart, 2008, que retoma, desenvolvendo e reformulando pontualmente, Bronckart 1997. Não nos deteremos sobre muitas das questões pertinentes, sobre a problemática dos tipos de discurso, nomeadamente a explicitação dos estudos quantitativos e qualitativos que estiveram na origem da noção, no quadro do ISD, e a discussão das fronteiras e variantes entre tipos. Remetemos, a esse propósito, para a consulta de Bronckart 1997. No que diz respeito à articulação entre tipos de discurso e géneros de texto, em português europeu, poder-se-á consultar Miranda, 2008.

¹³ Sem nos determos aqui num confronto detalhado, importa ainda assim sublinhar que a forma como são entendidos os tipos de discurso, no quadro do ISD, é devedora de contribuições várias – nomeadamente Benveniste, 1966, Weinrich, 1973, Simonin-Grumbach, 1975 e Genette, 1986 (cf. Bronckart, 1997, 2008).

valor deíctico actualizado no discurso interactivo (associado à ocorrência de formas de primeira e de segunda pessoas e de nomes próprios, com valor exofórico).

De acordo com o que vem sendo exposto, podemos dizer que os tipos de discurso correspondem a modos de locução, ou modalidades de enunciação, que traduzem mundos discursivos pré-construídos; eles configuram-se como “envelopes” de unidades linguísticas e entram na constituição dos textos, como segmentos identificáveis por essas mesmas unidades linguísticas. Como Bronckart vem sistematicamente referindo (Bronckart, 2004b: 107), os tipos de discurso constituem condição de exercício (e de aprendizagem) dos diferentes modos de raciocínio: raciocínios práticos no discurso interactivo, raciocínios lógicos (ou quase lógicos) no discurso teórico, raciocínios causais-cronológicos no relato interactivo e na narração. Como veremos a seguir, este parece ser um aspecto fundamental para a compreensão do funcionamento discursivo das formas linguísticas – sejam elas, ou não, incluídas na classe dos MDs.

4.2. Funcionamento discursivo das formas linguísticas

Para dar conta do objectivo desta secção – tal como formulado no subtítulo – propomo-nos recorrer à análise de *então* no português europeu, proposta por Ana Cristina Macário Lopes (Lopes, 1997)¹⁴. Segundo a autora, a forma em análise pode ocorrer com valor temporal de carácter anafórico (exemplos 1 e 2), com valor argumentativo (exemplos 3 a 6) e como marcador conversacional (exemplo 7)¹⁵.

- (1) O João contou tudo à irmã. Sentiu-se, então, muito aliviado.
- (2) No ano 2000, haverá moeda única na Europa. Terei, então, 40 anos.
- (3) Esta inferência pode ser cancelada sem contradição. Então, é uma implicatura.
- (4) Queres entrar em medicina? Então estuda!
- (5) A: A Patrícia vem jantar? B: Vem. A.: Então, fico em casa.
- (6) A: Cheiras a tabaco. B: E então?
- (7) Então, não vens?

Vejamus mais detalhadamente a análise proposta, sobretudo no que diz respeito ao valor argumentativo e ao funcionamento como marcador conversacional. O valor argumentativo é descrito a partir do esquema inferencial clássico (*modus ponens*): nestes casos, *então* marca que a proposição que introduz deve ser interpretada como conclusão, relativamente ao antecedente (que funciona como argumento ou premissa). Nas construções defectivas, largamente comuns em discurso, e ao contrário do que se passa com a cons-

¹⁴ Trata-se aqui, apenas, de uma síntese, que não dá conta da minúcia da análise desenvolvida.

¹⁵ Todos os exemplos são retirados de Lopes, 1997, embora a numeração no presente trabalho não coincida com a do artigo em causa.

trução condicional típica (*se...então...*), *então* pode comutar com outras expressões: com *portanto*, quando introduz uma conclusão garantida por uma assumpção prévia, como mostra o exemplo (3); com *nesse caso* (ou *sendo assim*), quando, nos termos da própria autora, “se trata de marcar que a conclusão é legitimada pelo raciocínio do falante” (Lopes, 1997: 184), o que se pode ver exemplificado em (4) e (5). Há ainda a considerar o exemplo (6), em que, segundo a autora, é impossível a comutação entre *então* e *portanto*¹⁶; a ocorrência de *e então* marca o facto de o falante solicitar a explicitação de uma conclusão, assinalando ao mesmo tempo a irrelevância da asserção anterior. Quando funciona como marcador de estruturação conversacional (ocorrendo exclusivamente na oralidade), *então* introduz um constituinte discursivo, ou *intervenção*, que pode ser iniciativa ou reactiva; em função do carácter anafórico que parece preservado, funciona como “mecanismo de sinalização de continuidade discursiva”, mesmo nos casos em que desembocaria a intervenção (Lopes, 1997: 186) – cf. exemplo (7).

De acordo com a perspectiva que temos vindo a assumir, todos os funcionamentos de *então* identificados em Lopes (1997) e aqui brevemente sintetizados serão entendidos como discursivos – embora estejam em causa tipos de discurso diferentes.

Nos casos em que *então* manifesta valor temporal, estaremos necessariamente num mundo discursivo da ordem do narrar: o carácter anafórico de *então* retoma uma localização temporal distinta do tempo da enunciação, localização essa que pode aparecer expressa através de um adverbial temporal (como no exemplo 2) ou não (correspondendo no entanto, da mesma forma, à localização temporal do acontecimento linguístico representado, como se vê no exemplo 1). Havendo nos dois casos disjunção temporal, que institui a ordem do narrar, o exemplo 1 manifesta autonomia actorial (ausência de quaisquer formas com valor déictico), enquanto no exemplo 2 se verifica implicação (atestada pelas marcas de tempo e de pessoa); trata-se portanto, em (1), de narração, e em (2), de relato interactivo.

O funcionamento como marcador de estruturação conversacional foi exemplificado em (7), que corresponde, com toda a evidência, a um segmento de discurso interactivo. Mas a ocorrência de marcadores conversacionais não é exclusiva deste tipo de discurso – como, de resto, se pode ver indirectamente referido em Lopes, 1997. Com efeito, ao tratar do funcionamento de *então* como marcador de estruturação conversacional, a autora enumera algumas especificações (1997: 185-186), de entre as quais nos interessa agora aquela em que *então* é precedido pela conjunção *e*; diz a autora que *e então* funciona

como forma de retoma discursiva de um relato momentaneamente interrompido por um comentário parentético (ex.: “e então a madrinha, como eu ia a di-

¹⁶ De facto, no exemplo em causa, parece impossível substituir (*e*) *então* por (*e*) *portanto*. Mas, pelo contrário, parece perfeitamente aceitável substituir *e então* por *portanto* ou mesmo simplesmente por *e* (sobretudo se considerarmos determinada curva entoacional): A: Cheiras a tabaco. B: Portanto...? / E...?

zer, a madrinha era uma pessoa muitíssimo rica” (p. 200, entrevista 0796), ou como mero operador discursivo de ligação, no interior de uma mesma intervenção, regra geral de índole narrativa (“chegou um e enquanto não descarrega todas aquelas tralhas, não saem dali, atrás dele, atrás dele, já está outro rancho e então o que interessa agora ali é o despique” (p. 116, entrevista 0184); (...).

Lopes (1997: 186)

Como mostra a passagem citada – tanto pela formulação que é dada como pelos exemplos fornecidos – estamos perante casos em que o marcador de estruturação conversacional entra na configuração de segmentos de relato interactivo (em que há, como se viu, disjunção temporal e implicação actorial).

Os exemplos (3) a (5), em que *então* assume valor argumentativo, não são todos equivalentes, apesar de se tratar sempre do mundo discursivo do expor. (4) e (5) correspondem a segmentos de discurso interactivo, como atestam várias ocorrências: formas de primeira e de segunda pessoas, valor deíctico do presente gramatical, imperativo, frases não declarativas. Em (3), não encontramos nenhuma das formas atrás apontadas (o presente gramatical em ocorrência, neste caso, tem valor gnómico), embora ocorram formas frequentemente associadas ao discurso interactivo: a expressão nominal com carácter ostensivo e o verbo modal. Note-se que, sem co(n)textualização do exemplo, é difícil perceber se a expressão nominal tem efectivamente valor ostensivo, a remeter para a situação de enunciação, ou se, pelo contrário, lhe cabe um funcionamento anafórico. Seja como for, consideramos que se trata, neste caso, de discurso teórico, uma vez que se verifica um grau relativamente significativo de autonomia relativamente aos parâmetros da situação de produção¹⁷.

Estamos assim, já, perante a constatação de que o valor argumentativo não coincide necessariamente com um mesmo tipo de funcionamento discursivo. Mas a diferença entre estes exemplos parece-nos evidenciar ainda uma outra questão particularmente significativa. Como explica Lopes (1997: 182), o exemplo (3) corresponde a um raciocínio de *modus ponens*, em que a premissa maior pode ser facilmente explicitada, de acordo com (8)¹⁸:

(8) [Se as inferências puderem ser canceladas sem contradição, (então) são implicaturas] Esta inferência pode ser cancelada sem contradição; então, é uma implicatura.

A reconstituição do esquema inferencial do exemplo (4) exige, pelo contrário, algum esforço, como mostra (9), em que, de acordo com a análise feita, se reconstitui a injunção introduzida por *então* como consequente de uma condicional (Lopes, 1997: 183):

(9) Se queres entrar em Medicina, então tens de estudar.

¹⁷ Bronckart assume que a fronteira entre discurso interactivo e discurso teórico é pouco rígida, sugerindo a necessidade de pensar em termos de graus de autonomia do discurso teórico (1997: 193).

¹⁸ Reproduzido de Lopes, 1997: 182, limitando-nos nós a representar através de parêntesis rectos o segmento reconstituído.

Se (9) pode eventualmente funcionar como paráfrase de (4), tal não acontece sem um preço: o valor de necessidade (certeza epistémica e/ou obrigatoriedade deontica) associado à ocorrência do verbo modal, em (9), não coincide exactamente com o carácter injuntivo que marca o uso do imperativo, em (4). Ao contrário de (9), que se conforma com o esquema inferencial logico-dedutivo, em (4) desenvolve-se um raciocínio prático, isto é, um raciocínio em que a conclusão não é teórica e explicativa, mas prática e normativa (Apel, 2000: 158). O mesmo se passa em (5). De acordo com a análise de Lopes (1997: 184), o falante não assume a resposta de B como prova ou evidência para a conclusão expressa, limitando-se a indicar, “através do uso de *então*, que a sua decisão depende da verificação da premissa”. A nosso ver, estamos uma vez mais perante um raciocínio prático: mais do que a verificação da premissa (em termos vericondicionais), o que está em causa é a apreciação avaliativa da situação, em termos de razões para agir de determinada forma (Apel, 2000: 159); por outras palavras, o facto expresso por B (a vinda da Patrícia) é razão, em função das finalidades de A, para A agir de determinada forma (em ocorrência, ficar). Vemos assim corroborada a primeira etapa da nossa análise, relativamente aos exemplos (3), (4) e (5): se pudemos mostrar, em função das formas linguísticas em ocorrência, que o valor argumentativo de *então* está associado ao *discurso teórico*, em (3), e ao *discurso interactivo*, em (4) e (5), fica agora em evidência o facto de cada um desses tipos de discurso configurar/proporcionar um modo de raciocínio diferenciado – quase-lógico em (3), prático em (4) e (5). Em termos mais gerais, a análise desenvolvida permite também evidenciar um outro aspecto: a insuficiência de reconduzir sistematicamente qualquer raciocínio ao esquema lógico (perfeito) da lógica formal. As operações de pensamento são de ordem lógico-discursiva – atravessadas pela plasticidade da língua em que são produzidas, pelas representações dos sujeitos envolvidos na situação, pelos pré-construídos e implícitos que o discurso convoca. Fora desta condição de *lógica natural* – que, ao contrário da lógica standard, envolve sujeitos e objectos – só ficam os casos de formalização, que recorrem a línguas artificiais e a operações totalmente explícitas. Na transição, estarão os segmentos de discurso teórico com elevado grau de autonomia – a tenderem, sem nunca completamente o conseguirem, para uma autonomia absoluta. Incapacidade ou mais-valia, essa é uma característica inerente à própria condição discursiva.

Nesta mesma ordem de ideias, vale ainda a pena observar o exemplo (6). Se se pode efectivamente considerar que a intervenção de B questiona a relevância da intervenção de A, é preciso dizer que tal poderia ser expresso de outra forma, por exemplo:

(10) A: Cheiras a tabaco. B: E a que propósito vem isso?

Parece assim plausível admitir que a intervenção de B, em (6), focaliza a necessidade de uma conclusão explícita – por dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de a reconstituir. Ora essa dificuldade evidencia a natureza fundamentalmente discursiva dos raciocínios produzidos em língua: na maior parte dos casos, estes correspondem a inferências (que funcionam em

aberto) e não a deduções (em que a conclusão está inscrita nas premissas, de acordo com o modelo lógico-matemático) – mesmo quando a inferência se serve do “molde” dedutivo, e mesmo que o molde dedutivo não seja usado na ordem do verdadeiro e do necessário, mas apenas na do verosímil ou provável¹⁹, como podem mostrar os exemplos (11) e (12):

(11) A: Cheiras a tabaco. B: E então? A: (Então), estiveste a fumar

(12) A: Cheiras a tabaco. B: E então? A: (Então), devias fumar menos.

5. «...E então?»

Digamo-lo então de forma explícita: como se compreenderá pelo exposto, a expressão *marcadores discursivos* não nos parece das mais felizes: correndo o risco de reiterar uma concepção dissociada entre *língua* e *discurso*, o uso (predominante) que dela tem sido feito permanece também colado a um entendimento linear e homogêneo de *discurso*, estranho a qualquer definição (não sintáctica) do mesmo e largamente alheado da reflexão específica, na(s) área(s) em causa. O percurso que estabelecemos pretendeu, sobretudo, evidenciar isso mesmo: a possibilidade de diferenciar (tipos de) discursos e, nessa mesma medida, dar conta da diversidade de comportamentos discursivos, tanto dos chamados marcadores discursivos como das formas excluídas da classe. Se a problemática dos MDs – ou a relevância de que se vem revestindo, no panorama actual dos estudos linguísticos – pode ser tida como um indicador significativo de mudança de paradigma, o assumir do funcionamento discursivo das formas excluídas dessa classe decorre inequivocamente já do outro lado do paradigma: recorrendo a uma formulação de Rastier (2001: 7), diremos que se trata de passar da tradição lógico-gramatical (centrada sobre a proposição e preocupada com questões de referência e de verdade) ao paradigma retórico-hermenêutico que, centrando-se na comunicação, se interessa pela produção e interpretação de textos e/ou de discursos.

Referências

- Adam, Jean-Michel 2008. *A linguística textual. Introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez Editora.
- Adam, Jean-Michel 2002. Connecteur. In Charaudeau, P. & Maingueneau, D. (eds). *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, pp. 125-128.
- Adam, Jean-Michel 1999. *Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan
- Apel, Karl Otto 2000. Expliquer – comprendre. La controverse centrale des sciences humaines. Paris: Cerf
- Borel, Marie-Jeanne 1991. Notes sur le raisonnement et ses types. *Etudes de Lettres* 4, pp. 67-85.

¹⁹ Cf. Grize, 1990: 46-47; Borel, 1991: 68-69.

- Bronckart, J.-P. 2008. Genre de textes, types de discours, et «degrés» de langue. In *Texto!* [Em linha], *Dialogues et débats*, vol. XIII, n.º 1, <http://www.revue-texto.net/index.php?id=86> (Consultado a 8 de Julho de 2008)
- Bronckart, Jean-Paul 2007. A atividade de linguagem frente à LINGUA: homenagem a Ferdinand de Saussure. In A.-M. de Mattos Guimães, A.R. Machado & A. Coutinho (Orgs.). *O interaccionismo sociodiscursivo. Questões epistemológicas e metodológicas*. Campinas: Mercado de Letras, pp. 19-42.
- Bronckart, Jean-Paul 2004a. Commentaires conclusifs. Pour un développement collectif de l'interactionnisme socio-discursif. *Calidoscópico* 2, 2004, pp. 113-123
- Bronckart, Jean-Paul 2004b. Les genres de textes et leur contribution au développement psychologique. *Langages* 153, pp. 98-108
- Bronckart, Jean-Paul 1999. La conscience comme “analyseur” des épistémologies de Vygotski et Piaget. In Y. Clot (Ed.). *Avec Vygotski*. Paris: La Dispute, pp. 17-43
- Bronckart, Jean-Paul 1997. *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionnisme socio-discursif*. Lausanne: Delachaux et Niestlé.
- Bulea, Ecaterina 2005. Est-ce ainsi que les signes vivent?. *Texto!* [em linha], Dezembro de 2005, vol. X, n.º 4.
- Disponível em <http://www.revue-texto.net/Saussure/Sur_Saussure/Bulea_Signes.html>. (Consultado a 8 de Junho de 2008).
- Correia, Clara Nunes & Coutinho, Maria Antónia 2006. Formes schématiques et schémas textuels. *Revue de Sémantique et de Pragmatique* 19/20, pp. 135-155
- Coutinho, M. A. 2004. Organizadores textuais – entre língua, discurso e género. In Fátima Oliveira & Isabel Margarida Duarte (orgs.). *Da língua e do discurso*. Porto: Campo das Letras, pp. 283-298
- Dostie, Gaétane & Pusch, Claus D. 2007. Présentation. *Langue Française* 154 (Les marqueurs discursifs), pp. 3-12
- Ducrot, Oswald. 1980. Analyse de textes et linguistique de l'énonciation. In Ducrot, O. et al. *Les mots du discours*. Paris: Les Éditions de Minuit, pp. 7-56
- Ducrot, O. et al. 1980. *Les mots du discours*. Paris: Les Éditions de Minuit
- Fraser, Bruce 1999. What are discourse markers?. *Journal of Pragmatics* 31 (1999), pp. 931-952
- Grize, Jean-Blaise 1990. *Logique et langage*. Paris: Ophrys.
- Lopes, Ana Cristina Macário 1997. Então: elementos para uma análise semântica e pragmática. *Actas do XII Encontro Nacional da APL*, vol. 1. Lisboa: Colibri, pp. 177-189.
- Marcuschi, Luiz Antônio [2000]2001³. *Da fala para a escrita. Atividades de retextualização*. São Paulo: Editora Cortez
- Miranda, Florencia. 2008. Géneros de texto e tipos de discurso na perspectiva do interaccionismo sociodiscursivo: que relações?. *Estudos Linguísticos / Linguistic Studies* nº1, Julho de 2008, pp. 81-100
- Paillard, Denis 1998. Les mots du discours comme mots de la langue. *Le Gré des Langues* 14, pp. 10-41.

- Rastier, François 2001. *Arts et sciences du texte*. Paris. P.U.F.
- Saussure, Ferdinand de 2002. *Écrits de Linguistique Générale*. Paris: P.U.F.
- Schiffrin, Deborah 1987. *Discourse Markers*. Cambridge: Cambridge University Press
- Schneuwly, B., Rosat, M.-C. & Dolz, J. 1989. Les organisateurs textuels dans quatre types de textes écrits (élèves de 10, 12 et 14 ans). *Langue Française* 81, pp. 40-58
- Traugott, Elizabeth Closs 2007. Discourse markers, modal particles, and contrastive analysis, synchronic and diachronic. *Catalan Journal of Linguistics* 6 (Contrastive perspectives on Discourse Markers), pp. 139-157